

# A hora da verdade

*Economia - Brasil*

JOSÉ ALBERTO PEREIRA RIBEIRO\*

O governo acaba de apresentar ao país um programa de ajuste fiscal extremamente duro, que implica aumento da carga tributária e cortes profundos nos gastos públicos. Como o orçamento deste ano já está praticamente concluído, o que vem de corte brusco incidirá sobre o orçamento do próximo ano, que já está sendo revisto antes da aprovação. O governo não falou até agora de redução das taxas de juros, que é o maior problema da economia brasileira. Com uma taxa de quase 50% ao ano, o setor produtivo da economia fica paralisado.

A solução do problema do déficit público, no entanto, é apresentada de uma forma equivocada, como se a única forma de se resolver a questão fosse a aplicação de um corte profundo e indiscriminado nas despesas do estado. O que se busca na verdade é o equilíbrio nas contas e este pode ser obtido com o aumento das receitas e a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo estado à sociedade.

O setor de transporte é um exemplo muito bom para ilustrar esta situação. Com a aplicação de um imposto de 5% sobre os preços de todos os combustíveis e óleos derivados de petróleo, o país arrecadaria mais de US\$ 6 bilhões por ano e disporia de recursos suficientes para conservar, reconstruir e ampliar toda a malha rodoviária do país e para investir em ferrovias, hidrovias e metrô. Além disso, a União teria condições de gerar mais de um milhão de novos empregos com estes investimentos e ampliar a infra-estrutura do país.

Com a criação deste novo tributo, o gover-

no não estaria deixando de honrar os seus compromissos com o FMI. O que o FMI recomenda é o equilíbrio nas contas, ou seja, que se gaste apenas aquilo que se tem de receita. O que se vai fazer, na verdade, é ampliar a receita, voltando-se a cobrar um imposto que já existiu e que foi extinto de forma leviana. Hoje, o estado tem de se endividar externamente para poder realizar qualquer obra nova no setor rodoviário, porque não tem recursos próprios, oriundos de receita tributária, para investir. Mas a verdade é que empréstimo externo e interno se paga – e com juros elevados. O mesmo ocorre com a emissão de moedas, que gera inflação. O caminho mais correto, portanto, é criar um tributo com a receita vinculada ao setor de transportes e realizar um programa de investimento com estes recursos.

Falar em volta da inflação como consequência do imposto sobre combustíveis é um desacerto. Países como Estados Unidos, Alemanha e França cobram este tipo de imposto e têm uma inflação menor ou no mesmo nível que a nossa. O Fundo Rodoviário dos Estados Unidos arrecada por ano US\$ 90 bilhões e gera mais de 15 milhões de empregos. Obviamente, com mais empregos, você diminui a demanda por serviços sociais, principalmente das camadas de menor renda, e precisa de um menor volume de recursos para investir nesta área.

A criação desse tributo está prevista no Projeto de Emenda Constitucional 81, que está tramitando no Congresso e esteve para ser votado, este ano, por duas vezes. Esta emenda cria o Fundo Nacional dos Transportes. Existe também uma proposta dentro do projeto de reforma tributária. Portanto, o Poder Executi-

vo e o Congresso Nacional têm os meios para resolver este problema. Não há dúvida de que o Brasil cometeu um erro grave, em 1988, ao acabar com esse imposto e ficar sem dinheiro para conservar as suas estradas, um patrimônio de US\$ 200 bilhões que está se deteriorando por falta de conservação adequada.

A carga tributária já era insuficiente para atender a todas as necessidades do país e se tornou ainda mais insignificante com o fim do Fundo Rodoviário Nacional. O que se propõe agora é algo mais amplo, uma opção clara entre cortar milhares de empregos e projetos indispensáveis ao desenvolvimento do país, ou garantir o desenvolvimento do país e assegurar a estabilidade social. Cortar empregos é evidentemente mais fácil do que pensar em projetos mais ambiciosos de desenvolvimento e que exigem muitos debates e o convencimento daqueles grupos sociais que querem usar as rodovias, obter grandes lucros e não pagar nada de impostos.

No Brasil a carga tributária já chega a 30% do PIB. Mas está um pouco abaixo de outros países como a Alemanha, a França, a Suécia, a Inglaterra, onde chega a mais de 40%. Estes dados constam do mais recente estudo entregue pela Confederação Nacional da Indústria aos parlamentares sobre a reforma tributária. O Brasil, portanto, está na hora da verdade: ou cria um imposto sobre combustíveis vinculado ao setor de transporte ou opta por aprofundar os cortes, ampliando a recessão e o desemprego, e continua a se lamentar do erro cometido em 1988.

\*Engenheiro, é presidente da Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor), vice-presidente da Federação das Indústrias do Paraná